

Estados e municípios querem receber, mas não pagar.

As pressões de estados e municípios pela liberação de seus recursos retidos pelo governo federal — sem que paguem suas dívidas nos níveis exigidos pelo Tesouro — é um problema grave para o Ministério da Economia, em sua tentativa de manter as contas sob controle. Ontem, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, já reclamou do bloqueio do fundo de participação do estado. "Não acredito que o governo federal esteja contra São Paulo, inclusive porque o presidente foi eleito, basicamente, com os votos dos paulistas."

Sobre as dívidas de São Paulo com o governo federal, o governador explicou que a questão já estava sendo acertada com as autoridades econômicas pelo secretário da Fazenda, José Machado Campos Filho, "e, se feitas as contas, eles é que devem ao governo de São Paulo".

Com a prefeitura o problema é o mesmo. Ontem, não houve acordo para o pagamento de uma dívida de Cr\$ 1,8 bilhão que ela mantém com a União. O Ministério da Economia propôs o pagamento em três parcelas — uma imediata de 40% e outras duas de 30%, em 31 de julho e 31 de agosto. A prefeitura contrapropôs um pagamento em 12 meses sucessivos. Na terça-feira, o governo federal suspendeu os repasses das cotas do município junto ao fundo de participação, pelo atraso de mais de seis meses no pagamento. Na próxima semana haverá outra reunião para tratar do assunto.